

# A Nova (Des)Ordem Mundial: Efeitos da Pandemia

Helena Carreiras

O IDN Brief especial pandemia chega agora ao fim com um número dedicado ao impacto da COVID-19 na ordem mundial e nos equilíbrios geoestratégicos. Foram 9 edições, em que 90 especialistas partilharam as suas análises sobre os efeitos desta pandemia em múltiplas dimensões: da segurança sanitária à ação das forças armadas, da gestão de crises à segurança humana, da defesa Europeia à relação transatlântica, da cibersegurança aos equilíbrios de poder mundiais. Esta edição fecha com registos de diagnóstico e prospetiva sobre as dinâmicas da tensão e competição entre Estados Unidos e a China, o lugar da Europa e dos seus principais protagonistas, o espaço para o multilateralismo e o papel da ciência, a contradição entre o reforço dos interesses nacionais e as exigências de cooperação, a emergência, estabilidade ou irrelevância estratégica de diferentes espaços regionais, a produção do inimigo, a desconfiança e o medo dos outros. Continuaremos, com outros formatos e iniciativas, a acompanhar os cenários desta crise em desenvolvimento e de uma magnitude sem precedentes, na qual a expressão 'saudades do futuro' adquire um sentido muito particular, alimentando tanto visões pessimistas como demandas de ação e transformação.

## A AMÉRICA LATINA NA NOVA DESORDEM INTERNACIONAL

Andrés Malamud

## COVID-19 E VOLATILIDADE INTERNACIONAL

Daniel Pinéu

## QUO VADIS TURQUIA? O MUNDO PÓS-COVID-19 DAS POTÊNCIAS REGIONAIS

Domingos Rodrigues

## A EROÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS GEOESTRATÉGICOS

João Mira Gomes

## NOVA SOCIEDADE GLOBAL DE RISCO, NOVA GUERRA FRIA

José Pedro Teixeira Fernandes

## LIDERAR NA COOPERAÇÃO E NA SOLIDARIEDADE – O CAMINHO PARA A EUROPA NUMA ORDEM MUNDIAL EM MUDANÇA

Licínia Simão

## CHINA: A OPORTUNIDADE PERDIDA

Luís Cunha

## O IMPACTO INTERNACIONAL DA PANDEMIA

Luís Moita

## GEOPOLÍTICA MUNDIAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA: EUA VS. CHINA

Luís Tomé

## A SAÚDE DE UM PAÍS E DE UM SISTEMA: A FEDERAÇÃO RUSSA EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Maria Raquel Freire

## WINNERS AND LOSERS IN THE INTERNATIONAL SYSTEM AFTER COVID-19

Mariano Aguirre

## COVID-19 E A (DES)PROMOÇÃO DA PAZ

Paula Duarte Lopes

## A PANDEMIA, AS FRONTEIRAS E A UNIÃO EUROPEIA

Raquel Vaz-Pinto

## A GLOBALIZAÇÃO PÓS-COVID-19 E O MEDO DOS OUTROS. O QUE SE SEGUE?

Teresa Rodrigues

# A Nova (Des)Ordem Mundial: Efeitos da Pandemia

## A América Latina na Nova Desordem Internacional

**Andrés Malamud**

Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa

Quem não está na mesa está no menu, dizem os especialistas em negociações internacionais. É legítimo perguntar-se em qual estará a União Europeia, ora gigante económico, ora pigmeu estratégico. No caso da América Latina, qualquer dúvida sobre: não estará sentada à mesa. Resta saber se tem envergadura para chegar ao menu.

A América Latina abrange 19 países que partilham o presidencialismo como regime político e a desigualdade como estrutura social. De resto, predomina a **heterogeneidade**. A Covid-19 tem vindo a iluminar as características comuns. Onde há presidentes sensatos, como no Uruguai ou até na Argentina, as taxas de mortalidade continuam bem abaixo das portuguesas; onde há presidentes menos dotados, como no Brasil e no México, as cifras aproximam-se do horror espanhol. Quanto à desigualdade, os elevados graus de informalidade laboral – até 70% no Peru – tornaram inefetivas políticas que funcionaram bem em países com

maiores capacidades estatais, como o confinamento obrigatório. A heterogeneidade latino-americana manifesta-se, sobretudo, na criminalidade e na inserção internacional. Enquanto os países do Cone Sul – Argentina, Chile e Uruguai – têm taxas de homicídios de um dígito, comparáveis aos Estados Unidos, no México há 20 assassinatos anuais para cada 100.000 habitantes – e no Brasil, 30. Na Venezuela pararam de contar depois dos 90. Esta heterogeneidade está a ser potenciada pela pandemia, e uma das consequências será a maior **fragmentação regional**.

A América Latina são duas: uma ao norte do Canal de Panamá e outra ao sul. Do Panamá para cima, os EUA constituem o principal parceiro comercial, destino migratório e fonte de remessas. Do Panamá para abaixo, é a China que investe, empresta e compra. Há quem tema, então, um conflito entre as duas superpotências pela influência regional. Isso é altamente improvável por três razões. Primeiro, os EUA consideram que o seu perímetro de segurança acaba no Caribe, e nunca invadiram os países mais ao sul. Segundo, a estratégia chinesa na região tem sido entrar onde os EUA se retraíam, nunca confrontando: encheram vazios, não pisaram calos. Terceiro, a região carece de relevância estratégica: defender

verbalmente a Amazónia fica bem; morrer por ela, não obrigado. Na nova desordem internacional, a mesa ainda não está servida, mas os comensais já se preparam. A América Latina não será um deles; e, quanto ao menu, a África e até a Europa surgem mais apetitosas. Há quem acredite que alguma potência latino-americana ainda pode ressurgir e puxar mais uma cadeira. Uma de duas: ou essas pessoas sabem algo que ignoramos ou então falam português, a língua das descobertas e das ilusões.

## COVID-19 e Volatilidade Internacional

**Daniel Pinéu**

Amsterdam University College

A pandemia não está diretamente a causar realinhamentos geopolíticos fundamentais, mas está a acelerar e exacerbar um conjunto de tendências de alto impacto, aumentando a volatilidade internacional. É difícil estimar os seus efeitos a médio-longo prazo, mas importa salientar três fatores com graves consequências a nível da segurança internacional:

1. É incontornável o impacto geoeconómico da pandemia: entre os 20 países mais afetados estão seis dos sete países do G-7, e quatro

dos cinco BRICS. Para além das óbvias consequências em termos de mortes, estamos a testemunhar um abrandamento económico global, de efeitos profundos e desigualmente distribuídos. Os países fustigados pela crise de 2008 estão agora a perder quaisquer benefícios da parca recuperação económica da última década. Milhões de jovens – mais de 40% da população mundial está abaixo dos 25 anos – enfrentarão aumento de desemprego, falta de oportunidades e restrições à mobilidade internacional, bem como crises de insegurança alimentar que têm grassado em 55 países desde 2019. Esta dinâmica interage com outras tendências, como a degradação ambiental e a ameaça que ela representa para a sobrevivência da espécie humana – como estimular uma recuperação económica sem acelerar a crise climática –, ou o crescimento brutal da desigualdade – quem determina o futuro económico e tecnológico pós-Covid.

2. A pandemia tem revelado as fragilidades de uma ordem mundial pós-liberal. Tendências como a deterioração da relação transatlântica, o papel disruptivo da Rússia sob o comando de Putin, ou a rivalidade estratégica China-EUA, bem como a abdicação da liderança global por parte da administração Trump, não foram causados pela pandemia, mas são exacerbadas por ela. Entre a pulsão desreguladora do neoliberalismo económico, e o avanço da democracia iliberal de cariz populista/nacionalista, o multilateralismo liberal tem sofrido uma pesada erosão a nível global, e regional – veja-se o esmorecer dos processos de integração na América Latina e Ásia, e a crescente disfunção da UE enquanto projeto

político, solidário. Este gradual desmantelamento das instituições, mas sobretudo das normas, da ordem liberal dos últimos 75 anos é tão mais perigoso quanto é ainda incerto o cariz da ordem que lhe sucederá. A pandemia vem, assim, evidenciar os riscos associados à crescente competição estratégica entre países, e ao crescente abandono de soluções de cooperação multilateral, num contexto em que ameaças como o COVID-19 são patentemente impossíveis de prevenir e solucionar de forma ‘uni- ou bilateral’, carecendo da produção de bens públicos e de governança global.

3. Com o enfoque mediático e político firmemente centrado na pandemia e na tentativa de mitigação dos efeitos económicos imediatos, e com mecanismos de cooperação multilateral entorpecidos ou marginalizados, cada vez mais vemos atores estatais e não-estatais a usar esta oportunidade para adotarem políticas agressivas e oportunistas que, na busca de ganhos de curto prazo, exponenciam os riscos para a segurança internacional. Sobretudo em países com Estados frágeis, com fraca capacidade de resposta aos efeitos da pandemia, o padrão que liga a insegurança alimentar e económica a escaladas de violência, com grupos radicais a aproveitarem-se disso para maior recrutamento e ações mais violentas, tem-se repetido em países como a Nigéria, Moçambique, Paquistão, Afeganistão, ou Síria. Atores estatais, por seu lado, têm aproveitado a oportunidade para (i) aumentar o uso de tecnologias de vigilância social e política em massa, sob a égide da saúde e segurança públicas, e (ii) prosseguir uma política externa mais agressiva

com riscos regionais acrescidos – e.g., o conflito entre a Etiópia e o Egipto, a atuação israelita em Gaza. A pandemia é assim catalisadora, mais do que causa direta, de maior insegurança global.

## Quo Vadis Turquia? O Mundo Pós-COVID-19 das Potências Regionais

**Domingos Rodrigues**

Adjunto da Direção do Instituto da Defesa Nacional

Mais do que um corte radical com o passado, que permita definir um antes e um depois do “COVID-19”, acreditamos estar perante um período de aceleração de tendências previamente definidas. A redistribuição do poder mundial tem sido assegurada pelas estratégias que cada ator internacional tem assumido, sendo que, segundo as diversas análises, varia desde unipolar a multipolar, onde existem ainda referências a uma eventual nova Guerra Fria – salvaguardando as devidas distâncias. Este equilíbrio geopolítico surge de uma menor intervenção externa dos Estados Unidos, e consequente perda da supremacia global, e a abertura de caminho a potências revisionistas, sejam elas a China, com uma sólida estratégia global, a “esforçada” Rússia ou ainda a União Europeia, procurando o regresso à importância de outros tempos, numa permanente luta entre o sonho e a realidade, muito ao estilo das “Três Irmãs” de Tchekhov. Este movimento de contração leva a que o espaço não reclamado seja imediatamente ocupado por outros atores, em especial pelos que procuram consolidar interesses

regionais. É o caso da Turquia e do seu incontornável presidente Recep Tayyip Erdogan.

Mestre na provocação política, o presidente turco tem conseguido manter-se no poder desde 2003, com uma impressionante capacidade de resistir aos diversos contratemplos e ao declínio político e económico – apesar dos bons resultados iniciais do “calvinismo islâmico”.

Através de um modelo de democracia iliberal, revisionista, nacionalista e islâmico, em que o populismo assume a coluna vertebral da estratégia – veja-se a recente “re-islamização” da *Ayasofya* (Santa Sofia) –, Erdogan exerce um total controlo doméstico. Com recurso a uma forte retórica internacional e silenciando todos os opositores turcos – sejam eles dissidentes, como os seguidores do seu ex-aliado Fethullah Gülen, académicos, professores, oficiais de justiça, militares, jornalistas, políticos esquerdistas e secularistas ou representantes curdos –, assegura uma plena harmonização interna. Tal permite-lhe concentrar-se na janela de oportunidade agora criada na arena internacional. Apesar dos repetidos confrontos, e de se constituir como um aliado incerto, Erdogan nunca ultrapassa um limite pragmático, mantendo a sua visão grandiosa, neo-otomanista e de “profundidade estratégica”, em que procura recuperar a capacidade de a Turquia se assumir, no mínimo, como potência regional. Como exemplos desse pragmatismo encontramos: a continuidade do relacionamento comercial, e mesmo militar, com Israel; a ameaça, mas não emprego efetivo, da arma de utilização única dos “refugiados”; e a compra, mas não operacionalização, dos mísseis russos S-400 (sistema de defesa

antiaérea), conseguindo manter linhas de contato com o Ocidente. Esse realismo estratégico turco tem permitido que efetivamente atue no seu designado “espaço vital”, na “disputa energética” ao largo de Chipre, mas também nos conflitos da Síria e da Líbia, onde, pela projeção do poder militar, assegura a defesa de interesses territoriais, económicos e políticos.

Mas é através do desenvolvimento do *soft power* que Ancara tem a oportunidade de alcançar os mais profundos objetivos. Com uma dinâmica que se inicia no contato com as comunidades turcofonas, passando para as muçulmanas, a Turquia assegura o desenvolvimento de uma forte rede cultural, escolar, comercial e, por fim, política. O sucesso é evidente.

A forte aposta do presidente Erdogan numa matriz de política externa expansionista, em que gere cuidadosamente os aliados de diferentes quadrantes, tem permitido a Ancara constituir-se como um *player* regional preponderante e, com isso, voltar a situar a Turquia no centro do tabuleiro geopolítico internacional.

É este o tempo das potências regionais?

## A Erosão da Globalização: Desafios Geoestratégicos

**João Mira Gomes**  
Embaixador

### 1. Vítimas da crise Covid-19

A Covid-19 é um fator de transformação de movimentos e tendências. Alguns já eram perceptíveis; mas a pandemia funcionou como um enorme acelerador de partículas, cujos

efeitos ainda não conseguimos antecipar plenamente. Elencando as vítimas do vírus:

**Confiança:** é um dos aspetos mais atingidos pelo vírus. Bastará observar a deterioração das relações entre Estados, as acusações mútuas, a irresponsabilidade de governantes, a manipulação de números, a ocultação de informação e a falta de solidariedade nos momentos mais delicados, mesmo entre parceiros e aliados;

**Sistema multilateral:** o sistema institucional é outra vítima do vírus. Era já uma tendência bem visível; mas as decisões da administração americana, a que se juntam a debilidade de algumas organizações, como a OMS, e a opacidade de grandes atores internacionais levam a que se torne ainda mais premente reconstruir o sistema de alianças multilaterais; e reformar o sistema das Nações Unidas.

**Globalização:** O vírus veio reforçar o papel do Estado enquanto regulador e protetor. Ficaram patentes excessivas dependências externas, vulnerabilidades resultantes da deslocalização que não ponderou devidamente imperativos estratégicos de segurança e fragilidades da alienação de sectores produtivos essenciais.

### 2. Desafios geoestratégicos após Covid-19

Depois de descrever a doença identifiquemos uma terapia.

Deveríamos atender ao seguinte:

**Preservar a relação transatlântica:** a OTAN é confrontada com um desafio que atinge o cerne da relação transatlântica: o facto de um presidente dos EUA encarar a UE como um adversário e os laços entre Aliados como uma equação de “deve e haver”. Acredito na validade

da relação transatlântica e deveremos encará-la de forma estratégica, independentemente de conjunturas políticas. É um esforço que recai sobre todos os governos aliados; a Aliança é, antes de mais, um espaço de concertação política assente nos mesmos valores e princípios.

**A hora da Europa:** Chegou a “hora da Europa”. Como afirmava recentemente o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, a Europa deverá agir como uma “potência de equilíbrio”, estabelecendo a ponte entre EUA, Rússia e China ao mesmo tempo que consolida a “soberania europeia”. Antes do vírus, o termo “autonomia estratégica” era relacionado com segurança e defesa; hoje, essa autonomia estratégica deverá ser um dos pilares da “soberania europeia”; e expressar-se não só em termos políticos, económicos, financeiros; mas, e é muito relevante, também em princípios e valores. A Europa não poderá abandonar o *moral high ground*.

**Como lidar com a China:** é uma questão essencial porque a bipolaridade da Guerra Fria está a ser substituída pela que opõe os EUA à China. O vírus foi um acelerador da deterioração já evidente antes da pandemia. Por outro lado, é cada vez mais perceptível que Pequim vai ocupando o espaço geoestratégico abandonado pelos americanos. A uma China mais agressiva, a Europa deverá responder com mais canais de contacto, tão dialogantes quanto firmes. A reconstrução da ordem mundial não poderá ser feita ao arrepio, ou ignorando Pequim. Concluindo: caberá aos europeus um papel crucial na aplicação da terapia face à Covid-19. Esperemos que a UE saiba estar à altura dos desafios. É a hora da Europa!

## Nova Sociedade Global de Risco, Nova Guerra Fria

**José Pedro Teixeira Fernandes**

Investigador do IPRI-Universidade Nova de Lisboa

Professor-coordenador do IS CET

1. Nos anos 1980, no contexto da Guerra Fria, o sociólogo germânico Ulrich Beck formulou o conceito de sociedade de risco. Na época, o nuclear era o arquétipo do risco mais destrutivo para a humanidade. A ameaça de uma *mutual assured destruction* – destruição mútua garantida, MAD na sigla inglesa –, entre os EUA e antiga União Soviética, levando o resto do mundo consigo, e de uma possibilidade (bem real) de acidentes nucleares, como o acidente de Chernobil na Ucrânia soviética mostrou, pairavam no ar. Mas no mundo do século XXI outros riscos emergiram. A pandemia da Covid-19 evidenciou, cruamente, uma sociedade global de risco para a qual ninguém estava preparado, nem as grandes potências globais – EUA e a China –, nem qualquer outra parte do mundo.

2. É demasiado cedo para se poder antecipar com elevado grau de certeza a plenitude dos impactos da Covid-19 na ordem mundial e nos equilíbrios geoestratégicos. Para já, o impacto é sobretudo o de um acelerador das tendências anteriores, as quais apontavam para uma erosão da ordem político-económica mundial existente, com os EUA no centro desta. Ao nível geoeconómico, há um intensificar das tendências de desglobalização pré-existentes na economia e comércio internacionais – e agora também de mobilidade de pessoas –, de consequências potencialmente desastrosas. Não é claro se a resposta política

dominante a estes problemas irá manter uma globalização económico-comercial liberal, ou se predominarão formas de protecionismo/nacionalismo económico.

3. A par de uma nova sociedade global de risco e da desglobalização, há outras tendências a afirmarem-se no mundo. Sob o comando de Xi Jinping, a China está a aproveitar a concentração das atenções mundiais na pandemia da Covid-19, para avançar com o seu interesse nacional e poder global. No passado, o Estado chinês procurava não criar tensões no ambiente de segurança internacional, aproveitando ocasionais oportunidades para avançar nos seus objetivos nacionais. Fazia-o tentando evitar reações internacionais significativas, ajustando a sua política (recuando, se necessário) de forma a tranquilizar o mundo exterior. Agora, de Hong Kong ao Mar da China Meridional, passando pela Índia até ao Japão e Austrália, na Ásia-Pacífico, chegando à União Europeia, a Ocidente, há uma China determinada a prosseguir o seu interesse nacional sem grandes subtilezas diplomáticas.

4. Em termos geoestratégicos, a rivalidade EUA-China está a assemelhar-se, cada vez mais, a uma nova Guerra Fria. A disputa comercial bilateral anterior deu lugar a várias frentes com múltiplas ramificações, as quais vão da questão de Hong Kong à disputa comercial sino-australiana, passando pelas instituições de governação global ligadas às Nações Unidas. As controvérsias à volta da Organização Mundial de Saúde (OMS), acusada pelo governo dos EUA de estar ao serviço da China, são uma outra ponta visível desse conflito. Mesmo num cenário de hipotética vitória de Joe Biden nas próximas eleições

presidenciais dos EUA, e mesmo com o abandono da política *America First* e regresso ao multilateralismo, o conflito sino-americano está já demasiado enraizado para não ser uma linha maior da política mundial. Ainda que a contragosto, obrigará os europeus a escolherem campos.

## Liderar na Cooperação e na Solidariedade – o Caminho para a Europa numa Ordem Mundial em Mudança

**Licinia Simão**

Professora de Relações Internacionais e Investigadora, Universidade de Coimbra  
Ministério da Defesa Nacional

A crise pandémica que vivemos à escala global desde o início de 2020 encontrou a União Europeia (UE) num momento de transição. Transição nas instituições europeias, com uma nova Comissão Europeia acabada de entrar em funções, anunciando uma “Europa (mais) geopolítica”, mas ainda sem um orçamento comunitário aprovado e com o processo de saída da UE, por parte do Reino Unido, por concluir. Uma transição também no que toca ao paradigma liberal europeu, já que, em grande parte dos Estados-membros da UE, encontramos hoje forças conservadoras e em alguns casos antidemocráticas com uma significativa expressão política, social e económica, e simultaneamente, ao nível das políticas europeias, encontramos padrões de incoerência entre uma autoimagem liberal e cosmopolita da UE e a sua ação, frequentemente assente em lógicas de interesse próprio e de poder. Assim, não é ainda claro o que essa vontade europeia de “ser geopolítica” implicará, mas deverá

assegurar que a União Europeia está ativamente envolvida na definição da sua segurança e na resposta aos grandes desafios globais.

O atual contexto de forte tensão e conflito entre os Estados Unidos e a China, com as suas múltiplas dimensões e potenciais efeitos negativos, deve fazer a Europa refletir sobre as suas prioridades. A atual crise pandémica demonstrou a importância de reforçar os fóruns multilaterais, de fomentar diálogos construtivos e encontrar alternativas ao isolacionismo nacionalista, que contribuirão em muito para dissipar instabilidade e uma nova Guerra Fria entre Washington e Pequim, que exigiria escolhas complexas aos europeus.

Por isso mesmo, a pergunta essencial é a de saber como pode a Europa assegurar as fontes de poder cruciais nas décadas que se avizinham? Se a superioridade militar, incluindo através das armas nucleares, permanecerá um indicador incontornável, a realidade de ameaças híbridas e de fontes de insegurança não-convencionais tem permitido uma nova corrida aos armamentos, marcada pela busca da superioridade tecnológica e profundamente interligada por políticas de controlo e uso de informação e comunicação de uma forma intensiva. Com o advento do capitalismo de vigilância ou do capitalismo digital, o domínio do ciberespaço é já fonte de tensão, como bem ilustram as acusações de ciberataques efetuados com o intuito de roubar a investigação científica em curso nos Estados Unidos e na Europa para uma vacina COVID. Também a competição numa nova era espacial abre portas no domínio da segurança e da defesa e no domínio económico, de que a

Europa precisa desesperadamente e onde começa a fazer importantes investimentos.

Mas, com a competição (e eventual conflito) entre potências a assumir-se como uma das características da ordem mundial que se anuncia, o risco é que as fontes de insegurança atuais, radicadas na desigualdade, na globalização da pobreza e na falta de sustentabilidade ambiental, permaneçam uma prioridade marginal. E é aqui, neste domínio profundamente humano, que a herança liberal, multilateral e cosmopolita europeia poderá fazer a diferença num mundo pós-pandémico. As respostas ao sofrimento humano e a criação de estruturas que cuidem e que protejam de forma sustentável e que reforcem os mecanismos de solidariedade e diálogo político, poderá ditar uma forma de liderança europeia para a qual, nem os EUA, nem a China, estão disponíveis neste momento. Assim, caberá à Europa definir a natureza da sua ação geopolítica. E nesse processo valerá a pena ponderar a opção de assumir-se como um polo incontornável de valorização do multilateralismo, da cooperação e do combate às desigualdades globais gritantes, que a pandemia veio mais uma vez expor e reforçar.

## China: a Oportunidade Perdida

**Luís Cunha**

Investigador do Instituto do Oriente  
ISCSP-Universidade de Lisboa  
Instituto da Defesa Nacional

“Guerra”. Fria, comercial, tecnológica, cibernética, diplomática. A virulência semântica invadiu as

parangonas da imprensa. Com crescente frequência, a China ocupa o epicentro de uma disputa que coloca em confronto modelos conflitantes de liderança mundial. Depois de quatro décadas a fomentar o crescimento da China, os Estados Unidos descobrem, com falso espanto, que o seu rival asiático não é socializável de acordo com os padrões liberais e democratizantes das sucessivas presidências americanas. A empolada narrativa em redor de uma “traição sínica” mobiliza a elite política americana e ameaça perdurar.

Apanhada no fogo cruzado entre grandes poderes, a União Europeia ensaia uma via contaminada, mas aparentemente autónoma, no relacionamento com a China. Quer marcar presença na agenda geopolítica, mostrando-se mais assertiva e contundente. São de isso exemplo as surpreendentes declarações da Comissão Europeia acusando a China de fazer ataques informáticos a hospitais e centros de computadores. Logo após uma conferência de alto nível com o presidente e primeiro-ministro chineses...

A crise pandémica é, para o bem e para o mal, a catalisadora de uma clarificação geopolítica no relacionamento entre as principais potências do Ocidente e a China. Uma espécie de depuração que deixou a descoberto as fragilidades de muitas lideranças, um fator crítico para o exercício responsável do poder, como Joseph Nye sublinhou numa sua obra ao relacionar as crises com “inteligência contextual”. Paralelamente, agudizou-se a polarização corporizada pelos *like minded* na órbita dos EUA – com destaque para a aliança *Five Eyes*, países que partilham *intelligence*

– na oposição a uma China crescentemente imperativa e imperial na defesa dos seus interesses. O modo como a liderança da China encarou a crise desencadeada pelo vírus com origem no país refletiu, simultaneamente, os predicados de uma liderança forte no plano interno e as fragilidades da política externa chinesa. Ao aproveitar a crise global para acelerar a sua ambiciosa agenda geopolítica e geoeconómica, a China acabou por desbaratar o capital diplomático granjeado no aparente sucesso do combate ao Covid-19 e na ajuda solidária aos países mais afetados. Dito de outro modo, as debilidades reveladas mostraram que a China ainda não está pronta para ser líder mundial. Coincidindo com a crise pandémica, assistiu-se à extinção prematura da fórmula “um país, dois sistemas”, com a criminalização da autonomia de Hong Kong, à renovada expansão aeronaval da China no Mar da China Meridional, em regime de exclusividade e interdição, e ao reacender do latente conflito fronteiriço com a Índia. Quanto a Taiwan, é cada vez mais improvável uma reunificação pacífica, até porque Pequim nunca renunciou ao possível uso da força, legalmente consagrado na lei antissecessão.

O “livro branco” sobre a pandemia, divulgado pela China, enfatiza a solidariedade de Pequim para com 200 países e regiões, incluindo a exportação de 70 biliões de máscaras. Mas a crise expôs cruamente a excessiva dependência de muitos países relativamente à produção “Made in China”, nomeadamente em matéria de ventiladores e outro equipamento médico. Sem surpresa, a reindustrialização passou a estar na ordem do dia nos EUA e Europa.

É possível que a China saia deste período crítico com uma economia capaz de ascender à posição cimeira mundial antes do previsto. Por outro lado, o tecnacionalismo promovido por Pequim ganha terreno. Mas no plano geopolítico, a ofensiva de charme deu lugar a uma postura revisionista e até confrontacional, que resultou na formação de uma corrente reativa centrada em Washington com sucursal em Bruxelas.

O sinólogo Jean François Billeter sustenta que a China deu início a uma “guerra política” contra o Ocidente. Recorda que desde a fundação do Império chinês há “no topo um poder indivisível, de iniciativa estratégica, que recorre em igual medida ao civil e militar, que não reconhece qualquer outro contrapoder e não tem, na sua essência, limite”.

Xi Jinping, o Presidente-Imperador, é um líder transformacional, sem limite constitucional para o seu mandato. A sua mundivisão com “características chinesas” continuará a provocar ondas de choque no sistema internacional.

## O Impacto Internacional da Pandemia

**Luís Moita**

Professor de Relações Internacionais

A pandemia que assola o mundo condiciona tempos que parecem propícios ao afloramento das nossas patologias coletivas. Também assim no panorama internacional. Um dos processos que estava em marcha e que dir-se-ia ter aproveitado para mais se manifestar é a fragilização do multilateralismo. Se o ataque à Organização

Mundial da Saúde é porventura o episódio mais visível, ele encontra réplicas, por vezes quase subtis, nas expressões dos egoísmos nacionais, numa circunstância em que tudo aconselharia a cooperação internacional. A questão sanitária serviu também de pretexto para grosseiras violações do direito internacional, impedindo o acolhimento de refugiados ou negando porto de abrigo a barcos com naufragos salvos das águas. E as vozes do Secretário-geral das Nações Unidas e do Papa Francisco ficaram isoladas ao reclamarem aquele mínimo que seria o cessar-fogo dos conflitos acesos, vozes infelizmente não secundadas por outros responsáveis, ficando nós sem sabermos o que se passa na Líbia e no Iémen ou qual a situação da ofensiva turca no norte da Síria. Enquanto ficavam em surdina as ameaças nucleares norte-coreana e iraniana, como se fossem crises já resolvidas, a agenda mediática internacional tem estado em grande parte dominada pelo adensar da confrontação EUA-China. De há muito se esboçava este processo que se pode verdadeiramente designar como produção de inimigo. Quando o anticomunismo se dissipou, fomos sendo preparados para a identificação desse outro inimigo que era o radicalismo islâmico, na sua forma extrema de terrorismo, e foi declarada a guerra ao terror. Agora que essa ameaça parece diluída, a China funciona bem como novo inimigo. Novas guerras foram sendo travadas. Guerra comercial. Guerra tecnológica. Guerra sanitária. Temos dificuldade em viver sem inimigo. Nós próprios, académicos, caímos nessa armadilha e dissecamos a nova forma do que chamamos bipolaridade – uma

categoria de análise pouco pertinente para o caso e que deveríamos abandonar –, interrogando-nos obsessivamente sobre qual das potências vai sair vencedora deste embate. Para já não falar daqueles videntes que, de há muito, anunciam a terceira guerra mundial a explodir das reivindicações territoriais no Mar do Sul da China.

Acentuar essas contradições pode trazer popularidade, mas não resiste a uma análise mais consistente, tão grandes são hoje a interdependência das sociedades, os enraizamentos geográficos dos processos produtivos e a interpenetração dos sistemas financeiros. Sobretudo pouco ajuda quando se torna imperioso incentivar a colaboração das comunidades científicas internacionalizadas com vista à segurança coletiva. Uma das surpresas da atualidade é a do carácter anticientífico do discurso dos grandes demagogos, dos fanatismos religiosos e dos movimentos de extrema-direita. Contra essa tendência obscurantista, a valorização da ciência torna-se mais necessária. A investigação científica tem um papel crucial na erradicação das epidemias e, em geral, na segurança sanitária, por isso seria importante que os laboratórios de pesquisa se articularassem a fim de repensarem as suas prioridades e de partilhar de imediato as suas descobertas. Certamente se impõe que os projetos de investigação no domínio militar, sobretudo a pesquisa de novos sistemas de armas, sejam reconvertidos para a prioridade que é a saúde global. No futuro próximo algo de importante será posto à prova: que a vacina a descobrir seja declarada bem público mundial, à margem de qualquer apropriação por um país ou uma firma.

## Geopolítica Mundial em Contexto de Pandemia: EUA vs. China

**Luís Tomé**

Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

Diretor do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores

A crise associada à Covid-19 sublinhou e acelerou tendências que vinham de trás, e desencadeou dinâmicas que poderão redefinir a Geopolítica Mundial. Salientamos algumas associadas aos principais protagonistas, EUA e China. Em primeiro lugar, a falta de vontade e/ou de habilidade dos EUA, com o presidente Trump, para liderar o mundo em face de uma nova preocupação global, bem como para articular com os seus aliados e parceiros, persistindo no protecionismo e no antagonismo às instituições internacionais – visando agora, em particular, a Organização Mundial do Comércio e, sobretudo, a Organização Mundial de Saúde de onde Trump retirou os EUA. Esta postura pode dever-se a um certo “cansaço hegemónico” ou a um cíclico isolacionismo/retraimento estratégico americano, mas é inquestionável a “marca Trump”. Paralelamente, a administração Trump falhou clamorosamente na gestão da pandemia – os EUA são o país do mundo com mais infetados e mortos por Covid-19 –, a que se soma uma queda do PIB sem precedentes desde há muitas décadas. Conjugados, estes fatores resultam num novo questionamento acerca da posição e do papel dos EUA no sistema internacional. Por outro lado, a diabolização da China foi instrumentalizada por Trump para



desviar críticas, mas facto é que, em contexto de pandemia, a perceção da China como principal rival e ameaça se tornou relativamente consensual nos EUA.

Segundo, a maior assertividade da China de Xi Jinping, parecendo abandonar quer o princípio de “manter um perfil baixo” associado à “estratégia dos 24 caracteres” desde Deng Xiaoping, quer a tradicional linha de “coexistência pacífica” e essencialmente não-confrontacional – da intensificação do repovoamento e da militarização no Mar do Sul China à Lei de Segurança Nacional imposta a Hong Kong, passando pelo confronto militar com a Índia pela primeira vez em décadas e por sucessivas fricções diplomáticas e ameaças de sanções a vários países, dos EUA à Austrália ou ao Reino Unido –, o que representa um “grande salto em frente” na concretização do “sonho chinês” e na afirmação das reivindicações e da posição da China. Pode argumentar-se que esta assertividade é inerente ao regime do “autocrata acelerador” Xi Jinping e resulta também da autoconfiança do crescimento do “poder nacional abrangente” chinês. Contudo, Pequim pode estar a ir longe de mais e depressa de mais, arriscando-se a provocar uma frente anti-China.

Terceiro, a bipolaridade competitiva EUA vs. China. Numa estrutura de poder mundial “uni-bi-multipolar”, esta crise reforçou a perceção de bipolaridade entre as superpotências aparentemente declinante e emergente. Paralelamente, em tempos de crise, as rivalidades geopolíticas tendem mais a intensificar-se do que a atenuar-se, e a crise pandémica parece confirmá-lo. A Covid-19 não é causa da competição entre os EUA e a

China, mas exacerbou tensões e fricções existentes há anos – de disputas comerciais à questão de Taiwan, Direitos Humanos, Mar do Sul da China, tecnologia, etc. –, num contexto agravado quer pela assertividade chinesa quer pela campanha rumo às eleições presidenciais americanas. Finalmente, da crise pandémica resultam tremendos impactos económicos que poderão ter reflexos significativos nos equilíbrios geopolíticos e geoestratégicos que conhecemos, e tanto entre potências como nas várias regiões do mundo. Por outro lado, as estimativas apontam para uma queda do PIB menos acentuada e uma recuperação mais rápida quer na Ásia-Pacífico quer da China, por comparação a outras regiões/economias. Isso não só reforçará ainda mais a centralidade da Ásia-Pacífico como a China sairá da “dupla crise” pandémica e económica com o maior PIB do mundo em termos reais – com as consequências daí decorrentes em todas as outras dimensões do poder e reduzindo a margem para estratégias de desacoplamento face à China.

A escalada de tensões EUA-China em contexto de pandemia leva muitos a referir ou perspetivar uma “nova Guerra Fria”. Podendo isso acontecer, nem as crises nem a crescente bipolaridade têm, inevitavelmente, de degenerar em conflito. E no plano das hipóteses, poderão até EUA e China acomodarse um ao outro, acabando por cooperar e articular na recriação da ordem mundial. No plano das hipóteses...

## A Saúde de um País e de um Sistema: a Federação Russa em Contexto de Pandemia

**Maria Raquel Freire**

Professora de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES)

O contexto atual de pandemia tem tido um impacto significativo na Federação Russa, tal como na generalidade do globo. Contudo, a Rússia parece apresentar duas tendências distintas: na sua política externa, o reforço dos equilíbrios geoestratégicos em contexto de relações difíceis com o Ocidente como visível na política do ‘pivot Ásia’, incluindo uma aproximação cautelosa à China; e na sua política doméstica, a reversão dos desequilíbrios multissetoriais que as vulnerabilidades do sistema parecem expor, quer na dimensão política quer nas dimensões social e económica. Contrariamente à tendência registada em muitos países da União Europeia, onde o apoio doméstico às políticas nacionais de combate ao vírus foi evidente, na Rússia os níveis de aprovação do presidente Vladimir Putin têm vindo a decrescer, fruto de uma resposta à crise considerada tardia e insuficiente, mas também de uma crise maior para além do impacto sanitário da Covid-19. Com quebras acentuadas nos rendimentos provenientes da exportação de energia, com destaque para as perdas no preço do barril de petróleo, que se seguem às tensões com a Arábia Saudita e se somam ao impacto económico mais geral das sanções decorrentes da questão ucraniana,

o peso no desempenho económico é claro. As implicações sociais daqui decorrentes, e que não são diferentes de muitos outros contextos nacionais, com o desemprego em alta e os rendimentos em baixa, fragilizam o sistema político. Contudo, na Rússia, a manutenção do putinismo tem contornos próprios. A tentativa política de alteração dos desequilíbrios cada vez mais evidentes torna-se clara na realização do referendo para aprovação de alterações constitucionais várias. A possibilidade de Putin permanecer no comando parece, no entanto, enformada de fragilidade. A necessidade de acautelar a questão de 'quem se segue', em contexto de autoritarismo, aumenta os problemas de legitimidade do próprio regime. Como alguns têm dito, Putin agiu no sentido de "zerar" a contagem no poder, mas a Covid-19 acabou por "zerar" muitas das suas realizações. Nesta linha, a organização da parada militar em Moscovo no passado dia 24 de junho, assinalando os 75 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, em contexto de pandemia, parece sinalizar que esta tentativa de reforço do apoio doméstico não se tem concretizado. Se por um lado a pandemia parece acentuar tendências em curso ao nível da política externa, em particular o reforço das relações com a China, na dimensão doméstica veio reforçar os desequilíbrios crescentes e a vulnerabilidade da 'grande potência' face ao próprio regime que a sustenta. A pandemia, no entanto, não parece permitir antecipar cenários de grandes mudanças. A exposição das fragilidades domésticas, que se estendem no tempo, deverá encontrar resposta no reforço do regime, mesmo

com a saúde deste a permanecer fragilizada. Quanto à dimensão externa, os equilíbrios em curso na política externa russa deverão ser mantidos, pelo menos no curto-médio prazo, sendo que a saúde do sistema terá um impacto claro no que serão as suas opções de política externa.

## Winners and Losers in the International System after Covid-19

### Mariano Aguirre

Associate fellow of the International Security Program in Chatham House  
Fellow of the Latin American Network for Inclusive and Sustainable Security of the Friedrich Ebert Foundation

The Covid-19 crisis will have a strong impact on the international system: inequalities will deepen, political tensions between great powers will worsen, and ongoing armed conflicts will continue. People who work in the informal sector, living in overcrowded neighborhoods, lacking access to public health, education, transportation and security services, have suffered dramatically. To the 630 million surviving on \$ 1.90 a day, another 420 million will be added, according to an estimate by King's College London. Those people have not been able to confine themselves or wash their hands frequently. They have received practically no aid from their states nor have savings to wait for the economy to recover. There will be less formal work and informal work will be riskier to do. Criminal organizations and illicit trafficking of people, goods (including medicines), fauna and flora will arise stronger from the crisis.

Southern countries, whether they have taken the necessary measures, would benefit from more international aid, but donors, in times of recession, adjustments and (predictably) tax raises, will be reluctant to increase their contributions.

The tension between great powers will escalate. Before the pandemic, the United States was already in a deep political and social crisis and weakening external legitimacy. The outcome is a power vacuum that accelerates the international system to become more multipolar, strongly based on national interests, in which no one will have enough strength to impose its criteria. The dangerous tension between China and the United States will increase further, unless a Democratic Party president reverses the trend. The international system will be characterized by an overlap of multi- and bipolarity. But even if the tone of the confrontation is softened, competition for areas of influence will increase. China has good cards in its hands: the global project for the new Silk Road, an advanced scientific-technological program, a commitment to alternative energies, and its investments and cooperation policies will allow Beijing to continue gaining global presence. On the other hand, with Trump or Joe Biden in the White House, the tension between the United States and Russia will increase, with a revival of the nuclear arms race that will encourage other countries to follow it. Moscow will continue with its policies of rapprochement with China and Europe, and occasional incursions into regional conflicts. The United States, focused on its withdrawal from Afghanistan, the Middle East, and part of its troops

from Europe and South Korea, will not challenge it.

In Europe, Germany emerges stronger from this crisis, confirming its role as European leader. The big losers are Italy, Spain and the United Kingdom. With its recovery funds, the European Union is trying to regain part of the political capital loss of the 2008 financial crisis, the incoherent response to migration flows and Brexit.

Most of the countries of the Global South will be impacted by the global recession resulting in a falling demand for their primary resources and manufactured products. The number of people trying to migrate combined with strengthened border controls will increase. Despite the call for a ceasefire by the United Nations Secretary-General, armed conflicts persist in Yemen, Libya, Syria and other countries, in addition to non-conventional violence between armed groups and states as, for example, in Colombia and Mexico. This crisis will be a mirror of how the impacts of climate change could be like, but many governments will be reluctant to take preventive measures in times of recession.

Regarding the multilateral system, will affected governments realize that issues such as pandemics and climate change must be dealt with cooperatively, or will it continue to be as an instrument at the service of national interests only?

## COVID-19 e a (Des)Promoção da Paz

**Paula Duarte Lopes**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia

O regime internacional de promoção de paz – missões de paz, apoio ao desenvolvimento e ações humanitárias – tem vindo a consolidar uma abordagem caracterizada pela construção de Estados de direito, pela promoção da democracia e dos Direitos Humanos, pela construção de economias capitalistas, e pela transformação social no sentido de sociedades mais inclusivas, justas e sustentáveis. Toda esta dinâmica intervencionista tem assentado em pelo menos dois pressupostos: (1) os países ditos desenvolvidos e democráticos estão melhor posicionados para assegurar estas intervenções; e (2) o esforço tem de ser multinacional e em parceria, com o envolvimento de países, organizações internacionais e regionais, atores privados e não-governamentais. Se, por um lado, a pandemia COVID-19 veio reforçar a necessidade de um regime internacional de solidariedade e ajuda mútua, de coordenação e partilha de conhecimentos, experiências, recursos materiais, financeiros e humanos, bem como de políticas e estratégias, por outro lado, também tornou visível as fundações frágeis deste regime internacional e a insustentabilidade da paz que se pensava existir nos países ditos desenvolvidos e democráticos que o criaram e têm sustentado. A centralidade internacional dos Estados está reforçada. A falta de liderança por parte dos Estados Unidos da América e da União

Europeia, as suspeitas levantadas quanto ao papel da China e os nacionalismos que levaram ao fecho de fronteiras, fragilizaram o sistema de cooperação internacional. Os mercados globalizados, tão enaltecidos, estão enfraquecidos: não só foram abalados pelas decisões dos Estados, como demonstraram, mais uma vez, que não são adequados para gerir ou responder a emergências humanitárias ou problemas sociais de forma eficazmente digna e sustentável. A tendência do aumento de poder das redes sociais foi acelerada e reforçada com a ativação das redes científicas e profissionais, transmitindo e partilhando, em tempo real, (des)informação, experiências e estratégias que permitiram tomadas de decisão, melhores ou piores, ao nível mais local e individual, ultrapassando, por vezes, os próprios Governos.

O futuro mudou. A geopolítica do intervencionismo em nome da paz, quer se concorde com ela ou não, está mais frágil do que nunca. A pandemia COVID-19 mostrou que: (1) a paz que se tem vindo a promover desde 1945 não é resiliente e, portanto, não é sustentável, nem nas geografias intervencionadas, nem nos países ditos democráticos e desenvolvidos; e (2) o nacionalismo centrado sobre si próprio com laivos autárquicos continua vivo e parece ser ativado em momentos de emergência com demasiada facilidade. Um futuro mais sustentável terá de se basear num recentrar de prioridades no sistema internacional, apoiado nas organizações internacionais e regionais existentes, e num recentrar simultâneo de prioridades nacionais, internas, que se esperam sejam promotoras de um modelo de

governança participativo, responsivo e responsável, de uma economia produtiva, inovadora e ambiental e socialmente sustentável, e de uma sociedade mais inclusiva, justa e resiliente, projetando estas dinâmicas a nível mundial. A liderança, desta vez, tem de ser das Organizações Internacionais com o apoio estrutural e estruturante dos Estados-membros. Os cenários alternativos serão sempre muito mais pobres e injustos, repetindo contextos que já se provaram historicamente insustentáveis.

## A Pandemia, as Fronteiras e a União Europeia

**Raquel Vaz-Pinto**  
Investigadora IPRI-NOVA

O ano de 2020 tem sido um desafio enorme em todas as dimensões da nossa vida. E ainda faltam uns bons meses. Desde logo, tornou ainda mais tangível o “internacional” no quotidiano. A pandemia demonstrou de forma inequívoca como as nossas sociedades estão interligadas. Para quem ensina Relações Internacionais é um exemplo claro da globalização. Ao longo destes meses sentimos vários estados de alma e a resistência das nossas sociedades foi claramente testada. Não só a nível local como também a nível nacional, europeu e internacional. Passámos a discutir fronteiras que tivemos de encerrar e outras que tivemos de abrir no sentido da cooperação europeia. A título pessoal foi, sem dúvida, a dimensão europeia que me surpreendeu. Não quero com isto homogeneizar as respostas nacionais que foram bem diferentes entre si, ou minorizar o enorme

sofrimento de muitos italianos, que foram flagelados sem piedade. Quero apenas destacar que fomos capazes de articular para o presente e para o futuro uma solidariedade europeia colocando no centro o mais importante: a vida dos seus cidadãos. O caminho foi e será tortuoso, mas não é possível chegar a bom porto se não estivermos unidos.

Senti a resposta europeia como fazendo parte de um modo de vida, que vale a pena preservar. Mais ainda, essa preservação passa por um maior protagonismo da União Europeia no mundo e ao reforço da sua ligação a outras democracias no mundo tais como a Coreia do Sul ou a Nova Zelândia. Na verdade, esta pandemia expôs o modo negligente, senão mesmo criminoso, como as ditaduras olharam para o problema. A preocupação primeira foi a manutenção do poder das suas elites e a desinformação. Os exemplos são muitos tais como o da Federação Russa ou o da República Popular da China, cujos números não são simplesmente verosímeis.

Em suma, a pandemia tem vindo a transformar a sociedade internacional. No caso da União Europeia foi um catalisador para uma melhor articulação no que toca à saúde pública e à sua inclusão nos sectores estratégicos. Mas talvez tenha ido um pouco mais longe.

## A Globalização Pós-Covid-19 e o Medo dos Outros. O que se Segue?

**Teresa Rodrigues**  
Professora da Universidade Nova de Lisboa  
Investigadora do IPRI-NOVA

O mundo pré-Covid-19 era baseado na globalização tendencial dos fluxos de pessoas, bens, capitais, informação e ideias, embora o processo mostre diferenças geográficas e cronologias distintas. Os *rankings* que “medem” a presença global de cada país são consensuais ao afirmar que desde 2008 foram poucas as mudanças nas posições ocupadas: EUA, República Popular da China e Índia ganham; a velha Europa enfrenta dificuldades e África perde. A pandemia acelerou processos de mudança que começaram a evidenciar-se uma década antes, nomeadamente mudanças económicas – desaceleração do comércio internacional face à produção; deslocalização, digitalização e emergência dos mercados eletrónicos, redução das fronteiras entre produção/comercialização – e de recomposição dos discursos antiglobalização e anti-imigração. É este o mundo que o Covid-19 vem encontrar...e alterar.

Tudo começa com os fluxos humanos que espalham a doença, facilitados pela rapidez dos transportes e intensidade das trocas na aldeia global. A surpresa é que, ao contrário do que inicialmente se pensou, a pandemia não foi niveladora. Pareceu afetar mais os países envelhecidos com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado que as sociedades jovens africana e asiática, mas enquanto os primeiros tiveram

capacidade para cuidar dos seus, mesmo com maior ou menor sucesso e algum descontrole, e resiliência para aguentar o seu impacto económico, desconhecemos o que irá acontecer nos restantes, porque a pandemia não terminou. Também por este facto lidamos com uma realidade geradora de uma enorme perceção de insegurança, que é simultaneamente individual e comunitária e se alarga ao nível superior das relações internacionais. Acresce a facilidade com que os números podem ser manipuláveis e o tema apropriado em favor de determinadas causas e como justificação para a tomada de medidas de exceção e tendências políticas – *fake news*, “o mal que vem da China”, a intencionalidade na propagação do vírus, entre outras. É difícil prever como será o mundo pós-Covid-19. Sem dúvida um mundo diferente, desde logo com maiores barreiras físicas, num quotidiano onde o uso de fluxos digitais e a tecnologia substitui tentativamente as deslocações, mas que só será possível a curto prazo em algumas regiões do mundo. O medo dos outros legitimará um retrocesso na mobilidade. O ceticismo dos cidadãos do mundo quanto à capacidade para controlar este tipo de doença poderá traduzir-se num “regresso ao passado”, quando as viagens e o turismo estavam limitados a grupos com maior poder económico. O retrocesso pode ocorrer também em termos de consumo. O medo de consumir produtos de certas regiões, substituído pela produção local. Na sua fase inicial a pandemia permitiu um maior alinhamento à escala global para encontrar soluções de carácter sanitário, de I&D, de trocas científicas de

conhecimento, até de soluções económicas de mitigação. Mas não anulou a desconfiança entre Estados e regiões. Quando as fronteiras reabrirem, a circulação será mais limitada, “vigilada”. E muitos ficarão confortáveis com esse facto. A escalas diferentes falamos sempre do mesmo, do “medo do outro” numa sociedade ainda leve e líquida, à procura de redefinição. Desglobalização ou reglobalização, o que se segue?